

Bute falar de predicadores rígidos!

Pedro Múrias

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

O que aqui trago são algumas observações bastante simples sobre palavras que não são verbos, mas têm um comportamento análogo ao dos verbos. Sugiro depois um alargamento, numa certa descrição formal das interjeições e de outros elementos.

Vou chamar *predicadores*, num uso diverso do corrente, à classe das palavras que ocorrem como núcleo do predicado sintáctico. Não utilizo o termo na acepção de palavra que selecciona argumentos. Por outro lado, *predicadores* identificará uma classe de palavras, uma categoria sintáctica, e não uma função sintáctica. Admito que deva procurar-se outra designação. Procurar essa designação alternativa levar-me-ia, porém, a considerações que não cabem aqui. Por isso, mantenho-a, em termos de pura convenção. A expressão *predicadores rígidos* também sofre de um involuntário eco kripkeano, que poderia induzir em erro. Seria talvez aceitável substituir *rígidos* por *inflexíveis*.

Os verbos, nas suas formas finitas, são os predicadores normalmente considerados. Qualifico-os como *predicadores flexíveis*. Em português, contudo, há predicadores rígidos, ou seja, em suma, palavras que não são verbos mas ocorrem necessariamente como núcleo do predicado sintáctico. Três exemplos claros serão *bute* (PE informal), *cadê* (PB), e *eis*. Semelhante a *bute é embora* (ou *bora*), quando sinónima da anterior.

- (1) Bute agora ao conselho directivo!
- (2) Eis findo um belo dia.
- (3) Eis pela primeira vez na União Europeia um país civilizado!
- (4) Cadê o chapéu do Visconde?

A distinção entre predicadores rígidos e flexíveis não respeita apenas à morfologia, embora os predicadores rígidos sejam palavras tendencialmente invariáveis.¹ A designação resulta, sobretudo, de a ocorrência destes elementos se restringir a um pequeno número de construções, com pequena variação semântica, ao contrário do que sucede com os verbos, nas suas múltiplas formas. Cada predicador rígido dá uma informação mais ou menos constante de tempo, aspecto, tipo de frase e mesmo de acto ilocutório, podendo ter ainda restrições nos argumentos, que podem restringir-se a certas pessoas gramaticais.

¹ Aliás, será pensável falar de predicadores rígidos mesmo em línguas não flexionais.

Por exemplo, *bute* não pode ser classificado como verbo, apesar de ter distribuição própria de um verbo, por duas ordens de razões: uma, a morfologia, visto ser invariável; outra, a limitação da sua ocorrência a frases imperativas e interrogativas, e a constância do seu valor temporal e aspectual (acção a iniciar pouco depois da enunciação). No caso de *bute*, a rigidez atinge ainda o argumento externo,² que é sempre *nós*. Pelo contrário, a rigidez não impede que *bute* funcione quer como predicador principal (como em (1)), quer numa função próxima da de um verbo auxiliar (como no título deste escrito). O *nós* pode aparecer em estruturas contrastivas, tomando sempre a forma nominativa, p. ex.:

(5) Ele não aparece. Bute nós a casa dele.

Em (2), *eis* é parafraseável e substituível por *é* ou *está*; noutros casos, por *são* ou *estão*, mas não haverá casos em que possa ser substituído por *foi*, *tinha sido*, *estaria*, *esteja*, *fosse*, etc. Estas formas verbais trazem variações de significado – associadas ao tempo, aspecto, modalidade ou tipo de frase – que *eis* não consente. Quanto ao tipo de frase, *eis* surge em exclamativas e declarativas. No segundo caso, é sobretudo usado para introduzir uma enumeração, como aparece abaixo, antes de (10).

Quanto ao *cadê*, por seu turno, julgo que o exemplo (4) não pode ser convertido numa interrogativa indirecta como **Quero saber cadê o chapéu do Visconde*, mas só em *Quero saber onde está...* O mesmo se passa, aliás, com a forma portuguesa que lhe deu origem, *que é de*, ao contrário da forma que, por sua vez, deu origem a esta, *que é feito de*, que já admite grandes variações, desde logo variações de tempo que *que é de* não admite.

Se os verbos são os predicadores flexíveis, os predicadores rígidos têm uma relação estreita com as interjeições. Talvez até se pudesse dizer que os predicadores rígidos são as interjeições. A favor pugnaria a observação tradicional de algumas interjeições que admitem ou exigem complementos e a leitura de que com elas se realiza um «acto de predicação».³ Em sentido contrário iria a teorização também tradicional das interjeições como incapazes de integração sintáctica, aliás em contradição com a observação referida. As possibilidades de integração sintáctica de interjeições parecem maiores em certas línguas românicas do que, p. ex., em inglês ou em alemão, o que, a meu ver, tem reflexos observáveis nos estudos linguísticos.

Outras dificuldades da equiparação entre predicadores rígidos e interjeições resultam da própria indeterminação desta categoria, das suas peculiaridades nos planos semântico e pragmático (além do fonológico), e até da sua relação dúbia com o conceito de linguagem, tendo em conta a oposição representar/fazer ou o sugerido «contínuo mostrar/dizer».⁴ Estas dificuldades, porém, colocam-se em planos substanciais que aqui não considero.

² Que, no entanto, é um «argumento sombra», no sentido dado em MATEUS *et al.* (2003: 184). A utilização aqui do rótulo «argumento externo» não deixa de gerar dúvidas, como é evidente.

³ Recentemente, GONÇALVES (2002: 290).

⁴ Cf. WHARTON, 2003.

Será preferível, portanto, dizer apenas que muitas interjeições são predicadores rígidos e que muitos destes são interjeições. Aos predicadores rígidos que mais se aproximam dos verbos em termos de distribuição sintáctica, como *eis*, *bute* e *cadê* – sobretudo por permitirem complementos – cairia bem o nome de *verbóides*.

Os exemplos (1) a (4) talvez não caibam em certas definições de frase. Contudo, são estruturas abstractas de ordenação de constituintes, com conteúdo proposicional⁵ não dependente de uma enunciação concreta. O seu significado é uma predicação, ainda que «predicação de existência».⁶ Obedecem a regras sintácticas, sob pena de agramaticalidade. Não se trata aqui de «enunciados não frásicos», desde logo porque não são enunciados, mas estruturas abstractas. Nem se poderia ver aqui as «frases» sem núcleo de Bechara (2002: 540ss). Com certeza, o autor chama «frases» aos enunciados sem núcleo *verbal*. Porém, uma vez que *bute*, *eis* e *cadê* desempenham, nos exemplos anteriores, a função que um verbo desempenharia, o afastamento do qualificativo de «oração»⁷ não pareceria muito fecundo.

Deve poder testar-se que os verbóides referidos são o núcleo do predicado. Os testes são dificultados, todavia, pela rigidez destes predicadores, que os impede de surgirem em construções muito diferentes das indicadas. Os testes devem ainda atender ao tipo de frase em causa: frases imperativas ou interrogativas (cf. (5) e (8)) exigem testes diversos dos das declarativas ou expressivas. Por vezes, os verbóides terão de ser parafraseados. Note-se, de qualquer modo, que as paráfrases incluem sempre uma forma verbal finita: *bute* ≈ *vamos*, *venham*, *vem*, etc.; *eis* ≈ *está*, *aqui está*, *vejam*, etc.; *cadê* ≈ *onde está*, *que é de*, *sabes de*, etc. Veja-se ainda que os verbóides não co-ocorrem numa oração com formas finitas de verbos, além de terem distribuição idêntica à de verbos (ou verbo + advérbio). E que todos os predicadores rígidos são deícticos temporais, tal como as formas finitas dos verbos.

Por outro lado, os testes de determinação do predicado são feitos muitas vezes utilizando o sujeito. Ora, a invariabilidade e a rigidez destes predicadores torna o conceito de *sujeito* difícil de concretizar. Designadamente, por não se colocarem nos mesmos termos questões de concordância. Em rigor, não é inequívoco falar aqui de *sujeito*.⁸ Já para não falar do caso específico de *eis*, que é impessoal. A impessoalidade mostra-se quando o seu único argumento é realizado por pronomes, que assumem a forma acusativa: *ei-lo*, etc. Ainda assim, respectivamente para (1), (2), (3) e (4):

(6) P: O que queres que se faça? R: Que vamos agora ao conselho directivo.

(7) P: O que se passa com um belo dia? R: Ei-lo findo.

⁵ No sentido em que SEARLE (1969: 29ss) usa o termo. Já parece duvidosa ou pouco clara a afirmação pelo autor de que *Ouch* e *Hurrah*, «of course», não teriam conteúdo proposicional. O contrário decorre de WIERZBICKA (1992), ainda que não se concorde com a autora quanto à determinabilidade semântica de todas as interjeições.

⁶ Cf. VALENTIM, 1998. Com isto, não distingo aqui entre «predicações» e «apresentações». Cf. MATEUS *et al.* (2003: 317s).

⁷ «Frase», na terminologia que sigo, contrária à de BECHARA.

⁸ Cf. paralelamente BECHARA (2002, 539).

(8) P: O que se passa com um país civilizado? R: Ei-lo pela primeira vez na UE.

(9) P: O que queres saber do chapéu do Visconde? R: Cadê ele? / Onde está.

Algo toscos, dadas as dificuldades referidas, estes testes permitem identificar o predicado, que os verbóides encabeçam. As respectivas paráfrases verbais produzem resultados paralelos.

Contra a posição aqui defendida, não poderá argumentar-se com o facto de os substitutos de alguns verbóides terem de incluir um advérbio ou mesmo um nome com função de sujeito. Afirmar-se-ia aqui uma diferença de distribuição. Contudo, o mesmo sucede com alguns verbos.

A inserção dos predicadores rígidos nas classes de palavras tradicionais tem suscitado grandes dúvidas. Quase anedótico é o caso de *eis* e seus equivalentes franceses e italiano. Se *voici*, *voilà* e *ecco* são muitas vezes reconhecidos como interjeições no seu uso isolado, já se lhes recusa, em regra, tal qualificativo quando integrados na frase, o que ignora a identidade de função sintáctica em ambos os casos. Surgem então as possibilidades mais desvairadas. *Eis* difere dessas formas por nunca ocorrer isolado, ou seja, por o seu argumento ter de ser sempre realizado. A classe dos advérbios é frequentemente sobrecarregada. Não deve é aceitar-se a verdadeira «desistência» de classificar sob o pretexto de *voilà* ser um deíctico.⁹

Deverão qualificar-se como verbóides as interjeições que admitem complementos, como *ai (de)*,¹⁰ *obrigado (por)* ou talvez mesmo *oxalá (que)*. Não tem sido visto é que outras interjeições podem ser estudadas em termos sintácticos, por se integrarem em frases compostas através de coordenação ou de subordinação. Eis alguns exemplos:

(10) Ai se aquela passa! / Se aquela passa, ai, ai!

(11) Ai que me querem matar!

(12) Chiu, que eu quero ouvir.

(13) Adeus, mas prometo que volto.

(14) Tens razão, mas chiu!

(15) Agora chapéu, porque ele já saiu!

Estas possibilidades são limitadas, mas devem ser tidas em conta. Tal como a circunstância de muitas interjeições poderem ser acompanhadas por um vocativo. Interessante é que se consegue divisar nos predicadores rígidos *uma escala* de possibilidades de integração sintáctica. Com isso, não custaria ter ainda por predicadores rígidos, no grau zero da susceptibilidade de integração, as interjeições mais avessas a contactos, como *santinho*, *hã*, *tch* ou *ts*.¹¹

Para completar uma classificação dos predicadores, caberia aludir às anáforas proposicionais *sim* e *não*, que parecem ser semi-rígidos e cuja integração sintáctica é

⁹ Como fazem BERGEN/PLAUCHÉ, 2001.

¹⁰ A interjeição *ai*, quando isolada, parece diferente da que ocorre na estrutura *ai de*.

¹¹ Com *ts*, pretendo representar o clique interjectivo que exprime aborrecimento ou desagrado.

bastante diversificada. *Sim* e *não*, ou os equivalentes noutras línguas, já têm sido considerados interjeições.

Referências Bibliográficas

- BECHARA, Evanildo (2002) *Moderna gramática portuguesa*, 37.^a ed., Rio de Janeiro. Lucerna.
- BERGEN, Benjamin K. /Plauché, Madelaine C. (2001) *Voilà voilà. Extensions of Deictic Constructions in French*, <http://www.icsi.berkeley.edu/NTL/papers/BergenCSDL4.pdf>. = in Alan CIENKI / Barbara LUKA / Michael SMITH (org.), *Conceptual and Discourse Factors in Linguistic Structure*, University of Chicago Press.
- GONÇALVES, Miguel (2002) *A interjeição em português. Contributo para uma abordagem em semântica discursiva*, Lisboa, FCG/FCT.
- MATEUS, Maria Helena *et al.* (2003) *Gramática da língua portuguesa*, 5.^a ed., Lisboa, Caminho.
- SEARLE, John (1969) *Speech acts. An essay in the philosophy of language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- VALENTIM, Helena Topa (1998) *Predicação de existência e operações enunciativas*, Lisboa, Colibri.
- WHARTON, Tim (2003) *Interjections, language and the 'showing'/'saying' continuum*, <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/PUB/WPL/00papers/wharton.pdf>. = in *Pragmatics & Cognition* 11/1, 39-91.
- WIERZBICKA, Anna (1992) The semantics of interjection, *Journal of Pragmatics* 18, 159-192.